

JORNADA DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

Realizada em Beja, de 9 a 11 de Abril de 1976

CONCLUSÕES

PROPOSTA APROVADA NA CONCENTRAÇÃO DOS TRABALHADORES EM 11 DE ABRIL DE 1976

1. GRANDE CAMPANHA NACIONAL DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

- Criar um Fundo de Apoio à Reforma Agrária (F. A. R. A.)
- Organizar Jornadas de Trabalho Voluntário
- Organizar áreas de consumo colectivo
- Formar Comissões de Apoio à Reforma Agrária (C. A. R. A.)
- Realizar plenários, assembleias gerais e outros encontros de massas para apoio à Campanha
- Intensificar a divulgação de informações verídicas sobre a Reforma Agrária
- Unir todos os trabalhadores, do campo e da cidade, contra a ofensiva reaccionária, pelo avanço da Reforma Agrária e do processo revolucionário a caminho do Socialismo.

2. DIPLOMAS FUNDAMENTAIS DA REFORMA AGRÁRIA

Exigir o cumprimento integral e a aplicação imediata dos diplomas fundamentais da Reforma Agrária:

- Regulamentação do trabalho rural :

Exigir a imediata publicação do diploma genérico e o exacto cumprimento das Convenções e Portarias. Exigir severas sanções contra os infractores.

■ Leis contra a sabotagem económica :

Protestar energicamente contra a revogação recente dessas leis e exigir a sua aplicação imediata e severa contra agrários, industriais e outros grandes senhores que continuam a sabotar gravemente a economia do País. Denunciar as grandes dívidas dos agrários; exigir a imediata suspensão de créditos, o imediato congelamento de contas bancárias e a penhora de bens para pagamento de todas essas enormes dívidas a trabalhadores, Caixas de Previdência, bancos e empresas em dificuldades.

■ Leis de expropriação de terras e meios de produção :

Exigir a publicação imediata dos diplomas de expropriação de todos os prédios já sob controlo dos trabalhadores. Exigir a imediata publicação dos diplomas de reconhecimento oficial de todas as Unidades Colectivas de Produção com processo entregue. Exigir a rápida ultimação das expropriações dos grandes latifúndios ainda existentes, dada a urgência de pôr cobro ao saque económico aí em curso e para resolução apropriada dos problemas de desemprego de assalariados e de instalação de pequenos agricultores. Exigir que não haja quaisquer indemnizações a agrários absentistas, sabotadores e opressores. Exigir também que toda a indemnização a que haja lugar, seja paga exclusivamente pelo Estado e em títulos e não pelos trabalhadores da terra, precisamente os mais explorados dentre todos os trabalhadores.

■ Leis do arrendamento rural :

Exigir a aplicação de severas sanções sobre quem quer que não cumpra imediatamente estas leis e exerça violências sobre os agricultores-rendeiros, colonos, etc..

■ Lei de extinção dos foros :

Exigir o estabelecimento imediato de severas punições contra quem infrinja o cumprimento desta lei.

■ Lei dos baldios :

Exigir a imediata restituição de todas as terras baldias ao uso colectivo dos povos, incluindo os abusivamente apropriados por grandes senhores. Reclamar a aplicação de sanções contra quem se oponha à aplicação exacta dessa lei e sabote os bens colectivos existentes nas terras baldias.

3. OUTRAS MEDIDAS ESSENCIAIS

■ Crédito :

Exigir a concessão imediata de crédito para fundo de maneio, a prazo

favorável e juro baixo, exclusivamente para Unidades Colectivas de Produção e pequenos e médios agricultores isolados.

Exigir a imediata abertura de créditos substanciais, a médio ou longo prazo e baixo juro, para compra de máquinas e gado e realização de obras nas Unidades Colectivas de Produção e nas pequenas e médias explorações. Responsabilizar o Governo por todo o atraso na adopção destas medidas de apoio financeiro, consideradas da maior urgência e do máximo interesse não só para o progresso da agricultura, mas de toda a actividade económica nacional.

■ Impostos :

Exigir forte atenuação ou eliminação de todos os impostos, taxas e outras cargas fiscais que sobrecarregam os trabalhadores do campo, assalariados e camponeses pobres.

Exigir que se cumpra sem mais demora a regra: fazer pagar mais a quem mais pode, tributando com carga fortemente progressiva os altos escalões de rendimento ainda existentes no País.

■ Comercialização :

Exigir a rápida reestruturação dos circuitos comerciais, para corrigir os graves processos especulativos dos grandes intermediários parasitas.

Exigir que seja apoiada e não combatida toda a iniciativa dos trabalhadores para criar as suas próprias estruturas comerciais de carácter cooperativo.

Combater energicamente todas as tentativas para obrigar os trabalhadores a ficar totalmente subordinados a órgãos estatais na comercialização dos seus produtos.

■ Contabilidade :

Combater vivamente todas as manobras tendentes a subordinar as Unidades Colectivas de Produção dos trabalhadores ao aparelho de Estado, retirar-lhes a autonomia a que têm direito e que as leis confirmam. E, assim, lutar por que se assegure uma contabilidade própria nas estruturas produtivas, comerciais, industriais e financeiras dos trabalhadores, à semelhança, aliás, do que ocorre no sector capitalista da economia.

■ Previdência rural :

Combater energicamente toda a tentativa para fazer pagar aos trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção os 17% respeitantes aos patrões, o que com os juros de capital de empréstimo para salários chega a elevar as contribuições acima dos 30%!

Lutar pelo prioritário alargamento dos benefícios da Previdência Social aos assalariados agrícolas, pequenos e médios agricultores-rendeiros ou proprietários.

■ **Órgãos de Estado :**

Exigir que adoptem as linhas programáticas do MFA e dos textos-programa seguintes, os quais obrigam a que estejam alinhados com as classes trabalhadoras e não com as classes privilegiadas. Combater energicamente todos os saneamentos à esquerda e exigir o regresso aos seus postos dos quadros que ganharam a confiança dos trabalhadores.

■ **Organizações terroristas :**

Exigir medidas drásticas para eliminação das organizações terroristas «C.A.P.», «E.L.P.», «M.D.L.P.», «F.L.A.M.A.», «F.L.A.» e quaisquer outras do mesmo tipo formadas ou que se venham a constituir.

4. CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Exigir que sejam respeitados integralmente os princípios basilares da Constituição :

- Avanço da Reforma Agrária e do processo revolucionário em Portugal a caminho do Socialismo.
- Exercício do controlo operário.
- Exercício pleno dos direitos de associação de classe: sindicatos e associações de pequenos e médios agricultores.

Considerar que todos os atentados contra a Reforma Agrária, contra o controlo operário e contra as associações dos trabalhadores são infrações das mais graves à Constituição e como tal devem ser punidas com especial severidade.

UNIDADE NA ACÇÃO: A FORÇA DOS TRABALHADORES

DEFENDER E CONSOLIDAR A REFORMA AGRÁRIA A CAMINHO DO SOCIALISMO

Intersindical Nacional, Beja, 9 de Abril de 1976

Carlos Marques, S.A.R.L. — Beja